

AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: UM ANÁLISE CONTEXTUAL DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD)¹

Emails:
thayron.rangel@gmail.com
ricardopimenta@ibict.br

Thayron Rodrigues Rangel; Ricardo Medeiros Pimenta

Resumo

Enquanto parte da dissertação de mestrado em andamento, este artigo busca analisar o contexto de surgimento das Políticas de Informação desde a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), bem como sua reflexividade na construção da identidade dos profissionais de informação em Biblioteconomia e Documentação. Compreendidas por fatores sociais, tecnológicos, culturais e demais interesses econômicos, as Políticas de informação se justapõem às linhas de força que corroboram a construção da identidade dos profissionais de informação, fluida e dinâmica. Os procedimentos metodológicos de natureza qualitativa e exploratória, foram realizados a partir de oito etapas que compreendem desde levantamento e pesquisa bibliográfica, a análise de documentos primários e realização de história oral e, a inserção no Projeto Memórias Científicas: História Oral da Ciência da Informação no Brasil. Acredita-se que com o desenvolvimento deste estudo, seja possível compreender o contexto e os fatores que moldaram a construção da identidade dos profissionais em loco.

Palavras-chave: Políticas de Informação. Identidade Profissional. IBBD.

Abstract

As part of a current Master's dissertation, this article seeks to analyze the context for the emergence of information policies since the creation of the Bibliography and Documentation Brazilian Institute (IBBD), as well as its reflexivity in the construction of information professionals' identity in the field of Librarianship and Documentation. Comprised by social, technological, cultural and economic interests, information policies juxtapose the lines of force that corroborate the construction of information professionals' identity, fluid and dynamic. The methodological procedures of a qualitative and exploratory nature were carried out from eight stages, starting with bibliographical research, then primary documents analysis and collection of oral history, and finally, the insertion of this research in the

¹ Esta Pesquisa foi aprovada em exame de qualificação de mestrado realizado no PPGCI/IBICT-UFRJ em 06/07/2016.

Scientific Memories Project: Information Science Oral History in Brazil. It is believed that, by developing this study, it is possible to understand the context and the factors that shaped the construction of professionals identity *in loco*.

Keywords: Information Policies. Professional Identity. IBBD.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender os fatores e o cenário contextual que nortearam a criação e desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, a partir da reflexividade na imagética do profissional de informação em biblioteconomia tendo como suporte as políticas de informação. Contextualizados pelos domínios de informação e seus processos de construção, os estudos sobre as políticas de informação visam compreender os fenômenos e demonstrar as realidades das fronteiras políticas e mercadológicas, ocasionadas pelas inúmeras mudanças burocráticas e informacionais do Estado (PINHEIRO, 2011).

Assim, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), precursor e responsável pelas políticas e instrumentos de formação dos Bibliotecários e Documentalistas desde a década de 50, não poderia deixar de ser nosso objeto de análise. A abrangência de sua atuação se estende à criação, ao desenvolvimento, ao controle e à aplicação das políticas e diretrizes dos institutos de informação antes, durante e após a ditadura militar brasileira (1964-1985), circunscrevendo agências e coordenações regionais e nacionais das mais diversas disciplinas científicas – ligadas ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (SNDCT).

Inserido na linha de pesquisa “Comunicação, Organização e Gestão da Informação e Conhecimento” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), esta pesquisa busca realizar ao longo de seu processo de investigação, uma análise crítica tanto no campo teórico-conceitual como a partir da pesquisa de campo. Isto, em face de documentação histórico e científica, contribuir para a reflexão acerca da ontogênese dos campos da Biblioteconomia, Arquivologia e da Ciência da Informação, tendo como parâmetros a realidade histórica do período estudado, por compreendermos que a contextualização seria fator imperativo a melhor compreensão do regime informacional vigente quando do período ditatorial e do desenvolvimento de campos e seus respectivos órgãos representativos no período.

2. O IBBD E AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Muitas foram as transformações tecnológicas ocorridas nas áreas da comunicação e da informação, que mudaram a forma como nos relacionamos e armazenamos a informação. Não apenas isso. Com efeito, talvez a mudança mais drástica foi a forma como outorgamos uma centralidade simbólica, cultural e política, em nossa sociedade pós segunda-guerra mundial, à

informação. Um exemplo foi a mudança na sociedade ocorrida com a Guerra Fria, que gerou uma “explosão tecnológica”, proporcionando o surgimento de diversas tecnologias como a Internet. Dessa maneira, é mister que tais inovações promoveram uma mudança no paradigma informacional, que fez com que a informação se tornasse uma peça chave para a sociedade.

Vejamos que a informação “[...] tem se constituído num instrumento imprescindível ao desenvolvimento social, político e econômico dos países [...] e [junto] o conhecimento passam a constituir recursos econômicos fundamentais” (SCOTTI et al., 1999, apud SANTOS; CARVALHO, 2009, p. 52, grifo nosso), desde então. Com a valorização desta e do conhecimento, surgem então as primeiras bibliotecas e arquivos, locais onde a informação produzida e registrada era então armazenada e organizada, surgindo também o esboço da figura do profissional da informação bibliotecário e arquivista. A Biblioteconomia e a Arquivologia integrantes do escopo da área das ciências sociais aplicadas, alicerçadas de modo a atender às demandas da sociedade como pesquisas históricas, culturais e necessidades da administração pública, corroboram a construção da área da Ciência da Informação, a partir de seus estudos epistemológicos, técnicos e ainda, interdisciplinares. Faz-se necessário dimensionar a abrangência das políticas de informação aplicadas a estas áreas do saber, a fim de perceber sua adesão à identidade dos profissionais de informação. Para Lena Vânia Pinheiro (2007, p.11), a Ciência da Informação:

é a abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação, na construção de conceitos, princípios, métodos, teorias, leis e suas aplicações tecnológicas, no processo de transferência de informação e de mensagem (conteúdo significativo), no contexto histórico, cultural e social.

Assim, por acreditarmos que o IBBD seja a instituição responsável por fornecer a capacitação e guiar as práticas dos profissionais da informação de modo a atender às demandas científicas, o mesmo, trabalha junto a outras instituições, utilizando-se de métodos, práticas e demais atributos de suas áreas do saber. O valor que é atribuído a informação (dimensão social e econômica) é perceptível quando tratada a hegemonia e o poder estatal junto as dialéticas da segurança nacional e do processo desenvolvimentista nacional. Neste cenário, inserem-se então as políticas de informação, caracterizadas pelas regras, diretrizes e demais atributos fornecidos através da capacitação fornecida pelos cursos do IBBD, como o Curso de Documentação Científica (CDC).

Apresentadas como predicação do conceito de políticas públicas, as políticas de informação, acompanham a construção e o desenvolvimento das agendas públicas, com a adição de um atributo, a informação. O ciclo da política apresentado por Howlett e Ramesh (1995) compreende as etapas de montagem de agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação em um processo cíclico. Seu objetivo é o de identificar e resolver as problemáticas sociais, a partir do desenvolvimento de políticas orientadas pelas teorias e conceituações científicas, almejando solucionar e/ou controlar as ações e intervenções políticas (PARSONS, 1995).

O estudo das políticas públicas, visa compreender o papel do Estado e os esforços por este empenhado, bem como as implicações de suas ações no âmbito social (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 9). A partir do *Improved model*, proposto por Howlett e Ramesh (1990) O modelo inicia-se a partir da identificação dos problemas ou montagem da agenda,

formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação. Assim, tem-se a ideia de ciclo, que possibilita a percepção de diferentes momentos no processo de construção de uma política pública. Resumiu (SOUZA, 2006, p.26) ainda, as políticas públicas como o campo do conhecimento que,

busca, ao mesmo tempo, —colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Inseridos neste contexto social, os profissionais da informação, assim como demais, acabam submetidos pelas diretrizes, ações e programas desenvolvidos pelos mais diversos grupos de interesse, durante a criação das agendas. Acreditamos que a informação tida como elemento central na discussão de poder durante os séculos XX e XXI, compõe os signos e símbolos que construíram e constroem, a identidade destes profissionais, passando num percurso histórico desde as técnicas manuais ao trabalho imaterial e capitalismo cognitivo. O conceito de política é ainda classificado por SMITH (2002) em quatro tipos sendo, (a) distributivas, quando visam à distribuição de novos recursos; (b) redistributivas, quando visam à modificação da distribuição de recursos existentes; (c) regulatórias, quando visam à regulação e ao controle de atividades. Este tipo apresenta os benefícios de visualização mais lenta, requerendo alta especialização quando de sua formulação e implementação e, (d) constituintes, destinadas ao tratamento de bens comuns, não renováveis.

Inseridas nesse contexto das políticas públicas, as políticas de informação são compreendidas pelo domínio de construção das ações sociais alicerçadas na transferência e na recuperação da informação. González de Gómez (1996) aborda o conceito a partir da óptica dos estudos da informação, galgada na construção sistêmica entre a informação da informação e o metac conhecimento. “Se não se conhecem as regras de estruturação da informação, o documento pode estar em frente de nós, como hieróglifos olmecas, e não dizer nada” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996, p. 59 apud RENDOM ROJAS, 1996, p.27). Diante do cenário nacional, a autora pondera ainda que

em suas realizações, o modelo do [SNICT] sofreu de fato as reformulações dos critérios diferenciais e seletivos que exibiam, ao longo do tempo, as linhas preferenciais dos regimes de governo, assim como das mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e outras (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996, p. 60).

Para Tassej (2004, apud MARCIANO, 2006), uma **política de informação** é uma política voltada à caracterização, ao delineamento e à definição de ações voltadas à utilização da informação como elemento transformador da sociedade nas esferas governamentais, organizacionais e privadas. Por fim, trazemos a visão do autor, sobre um modelo ideal para a construção de políticas de informação:

Figura 1: Modelo para a geração de Políticas de Informação



Fonte: Marciano (2006, p. 46)

A compreensão acerca da construção do conceito de política de informação, conforme ilustrado acima, perpassa por um processo histórico, antes das Grandes Guerras Mundiais, com o surgimento dos computadores a Era da Informação. No ano de 1766, surgem na Suécia, os primeiros indícios de normatização legal sobre o acesso universal a informações. Logo em seguida, um centenário depois, surge nos EUA a Lei de Liberdade de Informação, conhecida como FOIA (*Freedom of Information Act*) (CGU, 2011). Podendo ainda, serem institucionalizadas nos níveis global, nacional ou local, estas políticas inserem-se no que chamamos de Sociedade da Informação ou Era da Informação, período onde as TIC's influenciam diretamente no fluxo, processo, armazenamento, acesso e compreensão da informação.

As premissas (sustentadas por Weiberg) que estabelecem, para a política de informação, uma relação estrutural e intrínseca entre uma ordem política que a autoria considera “estado-centrica” e a ordem informacional, teriam sido substituídas por novas premissas. Essas seriam baseadas na concepção das redes e infraestruturas de informação (com ênfase na institucionalização da Internet e na universalização do acesso a suas aplicações), que afirmam a relação estrutural com a tecnologia e a economia (JARDIM; SILVA; NARRHELUGA, 2009, p.7).

Vale ressaltar que após a década de 50 no Brasil, a ciência toma exponencial importância, visto que se encontrava atrelada a modernização da estrutura produtiva nacional. Isso impacta não tão somente a área econômica, também a área científica, ambas centradas em questões desenvolvimentistas, onde a informação era a questão central. Segundo Pinheiro (2010, p.117) a partir da década de 50, “graças ao desenvolvimento originado nos Estados mais desenvolvidos do Ocidente, tem início a construção de políticas de informação voltadas para o avanço científico e tecnológico [...]”. Esta institucionalização das políticas de informação pode ser analisada pelos mais dispares vieses, entretanto, optamos por apresentá-las a partir de duas dimensões; uma atrelada a perspectiva memorialística (a) com fins de preservação da memória institucional e outra, com luz as políticas públicas de estado (b). Para Magnani e Pinheiro (2001, p.596), “(...) a noção de política de informação está muito ligada à definição e

posicionamento político no tratamento de qualquer questão que envolva processos e fluxos de informação na sociedade".

Para Silva (1991, p. 12), as Políticas de Informação devem “[...] ser um instrumento que integre a sociedade aos avanços científicos e tecnológicos, de forma participativa. Assim praticada, ela contribui para a melhoria do nível educacional, cultural e político, elementos básicos para o exercício pleno da cidadania” ou pode ser compreendida ainda, como

[...] um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos interrelacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política de informação compreende o acesso à, e uso da informação” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 9).

Nesse sentido, elas representam níveis de decisão, bem como atores na elaboração de ações, programas e escolhas, baseadas em metas institucionalizadas pelo seu campo determinístico ou pelos seus grupos de interesse (ARAUJO, 2016). Entretanto, torna-se complexo o entendimento de ambas perspectivas² [memorialística e estatal], quando não compreendida a estrutura basilar de construção das políticas públicas, se pensada nas políticas de informação como tais. Assim, a relação entre a identificação profissional e a construção de seu perfil é focalizada a partir de algumas especificidades: as políticas públicas de informação direcionadas à formação e ao fazer dos profissionais de informação em biblioteconomia.

Nessa perspectiva, as políticas de informação assumem, inicialmente, atributos essencialmente necessários às práxis dos profissionais que têm as bibliotecas e centros de documentação como lugares de memória e cultura. Com a criação de distintos institutos de informação desde a década de 30, o IBBD foi consolidando seu desenvolvimento ao longo dos anos, ante algumas outras iniciativas. O primeiro instituto nacional voltado às preocupações informacionais que circulavam nas esferas pública e privada, foi o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), inaugurado no ano de 1938 por meio do Decreto Lei Nº579 de 30 de julho. Em seguida, vimos a criação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), pelo DASP, passando anos depois para a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e por fim, a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). E, aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 1954, após sugestão da UNESCO, é criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

Idealizado pela FGV em convênio com o CNPq, o IBBD foi presidido em sua primeira gestão por Lídia de Queiroz Sambaqui, tendo como seu vice-presidente o professor Mário Viana Dias. Estiveram presentes na primeira reunião³ o Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, Lídia Sambaqui, Mário Viana Dias, Joaquim da Costa Ribeiro, José Maria de Araújo Cavalcanti, Rafael Xavier, Jorge Oscar de Melo Flores, Benedito Silva e Octacilio Pinto

² Com o mesmo intuito, o acesso a informação, as políticas de informação sob a lupa de ambientes corporativos e organizacionais, não foi abordada nesse trabalho, por questões metodológicas.

³ Informações retiradas da Ata da primeira (1ª) reunião do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, realizada no dia 5 de abril de 1954 (Documento pertencente ao compêndio de atas arquivo permanente localizado na sede IBICT Brasília sob a notação de localização física MT001 v.1 002363).

Cordeiro de Souza. Por fim, cabe nos acrescentar a este estudo a compreensão da construção das identidades coletivas e individuais dos profissionais da informação. Acredita-se que isto, nos auxiliara na compreensão, graças aos estudos das correntes teóricas da Sociologia das Profissões, na contextualização e reconhecimento, dos fatores que influenciaram na construção da identidade destes profissionais. Para Goode (1957, apud MENEGHETTI, 2009, p.13), cada profissão é uma comunidade sem lócus físico e tem como características:

(1) os membros são ligados por um senso de identidade; (2) eles compartilham valores em comum: existência de um código de ética profissional; (3) dentro de suas áreas de ação, existe uma linguagem comum, que é apenas parcialmente entendida por pessoas externas à profissão; (4) a próxima geração é “produzida”, não biologicamente e sim socialmente, através do controle sobre processos de seleção, treinamento e socialização; (5) a comunidade tem poder sobre seus membros.

O surgimento das universidades no século XIII e o desenvolvimento das técnicas de trabalho, bem como o surgimento das tecnologias, apontou para as teorias ou abordagens acerca da teoria de fundamentação da Sociologia das Profissões. Temos assim, quatro abordagens teóricas por nos optada em nossa revisão de literatura, sendo (a) teorias funcionalistas; (b) teorias histórico-comparativas; (c) teoria interacionismo simbólico e, (d) novas abordagens pós 1970.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Exequível a partir de uma revisão de literatura e bibliográfica bem como de uma aplicação empírica, este trabalho está estruturado em oito etapas a saber: (a) formulação do objeto de pesquisa guiando todo o projeto em todas suas etapas; (b) escolha das fontes de informação bibliográficas ou eletrônicas a fim de subsidiar a revisão bibliográfica, onde um breve panorama da criação, desenvolvimento, principais políticas e instrumentais de cada um destes institutos científicos, deixando para um segundo momento os estudos direcionados aos institutos militares; (c) levantamento informacional acerca dos institutos de informação; (d) mapeamento das coleções documentais do IBBD e IBICT; (e) pesquisa documental primária dos documentos fundadores e institucionais do IBBD e IBICT; (f) elaboração de Ficha Analítica dos documentos encontrados no Arquivo da Memória Técnica do IBBD; (g) análise das informações e dos dados coletados e conclusão da pesquisa.

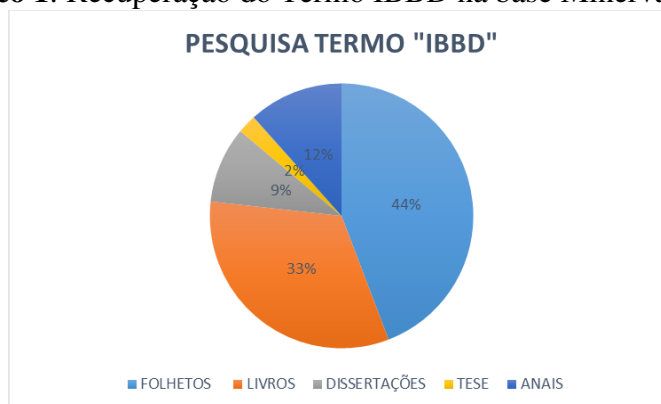
No meio das etapas dois (b) e três (c), identificamos a necessidade de maior compreensão sobre o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, o IBBD, instituto responsável pelo desenvolvimento e centralização das pesquisas e informações científicas desde a década de 50. Iniciamos assim uma busca pela documentação primária (d) que versa sobre a criação, funcionamento e extinção do instituto. Esta busca foi necessária devido à escassez de literatura especializada que versasse sobre os detalhes funcionais do IBBD. Vale ressaltar a existência de literatura já consolidada e muito reutilizada que apresenta e detalha perspectivas históricas da instituição e da Ciência da Informação no Brasil.

A pesquisa necessitava neste momento, de uma lupa mais arquivística do que histórica sobre a análise documentária e, para isto, a revisão bibliográfica não se fazia suficiente.

Refutamos os olhares à sede do IBBD atual IBICT da cidade do Rio de Janeiro, decisão tomada devido a critérios de facilidade geográfica, visto que nossa pesquisa se desenvolve neste local.

Após entrevista com o atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação professor Doutor Ricardo Pimenta e com a coordenadora de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação professora Doutora Lena Vânia Pinheiro e sem localizar nada na Sede Rio do IBICT, nos encaminhamos à Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, local onde está depositado parte do acervo bibliográfico do IBBD. Mais uma negativa surgiu após consulta à Coleção Ciência da Informação da base Minerva e à coordenadora geral da Biblioteca do CFCH. Foram localizados nesta biblioteca ao realizar a busca com o termo “IBBD”, com a aplicação do filtro “Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH”, na base de dados e catálogo Minerva, quarenta e três (43) registros.

Gráfico 1: Recuperação do Termo IBBD na base Minerva

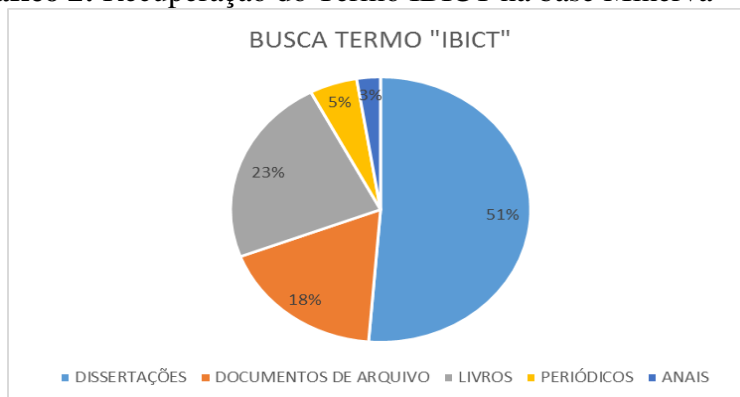


Fonte: elaboração nossa

Concluída a busca pelo termo IBBD, realizamos ainda uma segunda busca filtros pelo termo “IBICT”, sem a aplicação de filtros, seja de área do saber ou de data de publicação. Tivemos como resposta quinhentos e dez (510) registros, recuperação que inviabilizou a análise destes registros devido ao prazo de pesquisa. Assim sendo, aplicamos o filtro de data de publicação, iniciando no ano de 1950, almejando recuperar os registros indexados com pontos de acesso remissivos ao termo de “IBBD”, finalizando o recorte no ano de 1977. Estamos cientes de que o escopo do estudo vai somente até o ano de 1975, mas assuntos de pertinência poderiam ser publicado alguns anos depois, tratando-se do conturbado período político que o país passava.

Esta necessidade de busca pelo termo “IBICT”, surgiu ao mapear a trajetória do instituto e a adesão de novas competências ao seu mote, bem como sua alteração de nome. Com a aplicação do filtro de recorte temporal, obtivemos como resposta trinta e nove (39) registros.

Gráfico 2: Recuperação do Termo IBICT na base Minerva



Fonte: elaboração nossa.

Identificamos, a partir dos resultados acima apresentados, um aumento considerável no número de espécies documentais que são produtos de pesquisa e de análises científicas, como as dissertações, teses e periódicos. Contudo, vimos ainda, após realizada análise de relevância dos itens selecionados a partir das pesquisas acima arroladas, que estes materiais não atenderiam às nossas necessidades, mas tratam da contextualização histórica do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Fez-se então necessária a continuidade da busca pelos documentos bibliográficos e arquivísticos que fornecessem informações acerca da construção funcional e política do objeto analisado e seguimos assim para a sede Brasília⁴ do atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Em contato com a Coordenadora Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados, Lillian Alvares e com a Coordenação de Atendimento à Comunidade através de sua coordenadora Tainá Assis, viabilizamos a pesquisa na unidade de informação que custodia os acervos bibliográficos e arquivísticos.

Logo que iniciada nossa pesquisa (e), devido ao processo de migração do software de gestão e registro bibliográfico, notamos a indisponibilidade do amplo acesso ao conjunto documental custodiado no local. Indicamos aqui, nesta etapa, um filtro institucional não intencional, que acreditamos ser importante sinalizar, pois este filtro causal torna a pesquisa não exaustiva visto que não atende ao critério de completude.

Em nossa pesquisa de referência, indicamos o objeto de estudo e os seguintes termos a serem localizados entre as coleções disponíveis: “criação”, “institucionalização”, “políticas de informação”, “políticas científicas”, “IBBD” e “IBICT”. Todo material para pesquisa e análise foi selecionado segundo critério de conhecimento prévio do acervo dos profissionais de informação ali lotados, visto que a pesquisa nos catálogos e demais instrumentos de pesquisa estava inviabilizada, como já anteriormente mencionado.

Entre os materiais selecionados, tivemos vinte e quatro (24) documentos sendo três (3) documentos bibliográficos e os demais, documentos arquivísticos. Apesar da indisponibilidade do sistema, a ordenação física bibliográfica estava mantida, diferentemente da documentação

⁴ Ressaltamos que a ida à sede do IBICT foi viabilizada em concomitância com o levantamento documental desenvolvido para o projeto do CNPq do Grupo de Pesquisa Informação, Memória e Sociedade, liderado pelo Prof. Doutor Ricardo Medeiros Pimenta, do qual fazemos parte.

arquivística. Ao se consultar a documentação arquivística de terceira idade, notamos a quebra dos princípios da organicidade e cumulatividade natural da produção. Foram localizados alguns documentos fundadores, como resoluções e atas, em pastas aleatórias desvinculando-os de sua função administrativa. Vale ressaltar que, ao menos, estavam mantidos no mesmo conjunto documental, demonstrando assim, a possibilidade da reaproximação dos reais vínculos arquivísticos.

A justificativa para tal situação foi a incorporação do acervo arquivístico muito recentemente às atribuições da equipe do arquivo, estando anteriormente vinculada aos serviços de biblioteca. De fato, mesmo com a identificação prévia dos itens a partir de notações a estes conjuntos atribuídos, notamos uma possível aproximação com a teoria da classificação por função e não por estrutura administrativa. Isto se dá, ao nosso ver, pela proximidade atribuída pelos Códigos e Planos de Classificação arquivísticos aos instrumentos de classificação biblioteconômica, como o Código Decimal de Dewey. Notamos ainda, ações arquivísticas na busca da reestruturação dos vínculos, fato que impulsionará e desvelará novos e diferentes enfoques acerca da criação e contexto do IBBD e IBICT.

O escopo da documentação analisada vai de 1950-1987 estando entre ela dissertações, relatórios de atividades, relatórios anuais, planos de trabalho, resumo de projetos e atividades realizadas, decretos e atos administrativos, bem como atas de funcionamento. Todo material selecionado, mesmo que sem consulta aos instrumentos de pesquisa, foi, ao nosso ver, de grande valia ao desenvolvimento deste trabalho, não sendo talvez possível, a exequibilidade deste sem a disponibilização do acervo em loco.

Esse primeiro contato com a documentação fundadora do IBBD e IBICT, almejou apenas levantar, mapear e registrar os itens selecionados que representariam o contexto de criação do instituto e de suas políticas. Tecemos aqui uma crítica ao desenvolvimento do método de coleta, ao acreditar que a consulta e prévia leitura das atas do IBBD, auxiliariam na representação deste contexto. Contudo, os quatro dias reservados para esta pesquisa foram insuficientes para podermos ter acesso a este material.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Durante a elaboração deste artigo, buscamos apresentar algumas discussões iniciais sobre nosso objeto de pesquisa. Viu-se a necessidade de aprofundamento nas análises e pesquisas dos documentos primárias [e fundadores], do surgimento do IBBD, pois muitas divergências e gaps foram notados ao longo do percurso traçado. Vimos ainda, a importância da dicotomia entre as facetas militares e científicas de controle e difusão da informação. Nos foram ainda apresentadas, duas dimensões a cerca do conceito de informação, a luz do período estudado. De um lado, temos as Políticas de Informação cadenciadas a partir das diretrizes traçadas pelo Sistema Nacional de Informação, pelo Serviço Federal de Informação e Contra Informações e demais departamentos e, de outro lado, todo controle da informação científica, com fins de acesso e alicerce para os desenvolvimentos tecnológicos.

Com efeito, percebemos a importância de debruçar-nos sobre cada tema em específico, a fim de conhecer os detalhes que poderão conotar um novo sentido ao próprio conceito de informação se considerarmos suas duas facetas possíveis. Por fim, faz-se necessária a continuidade deste estudo, agora acompanhado pela perspectiva formativa do contexto de

construção da identidade deste profissional da informação, ante as transformações tecno científicas do período e das Políticas de Informação, por este construídas e aplicadas.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Informação, saber vivo e trabalho imaterial. In: _____. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2007.

BRAMAN, Sandra. A economia representacional e o regime global da política de informação. In: MACIEL, M.L.; ALBAGLI, S. (Org.s). **Informação, Conhecimento e Poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 30 jul. 1938. Seção 1. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html> >. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 13 jul. 1951. Seção 1. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 28 de jul. 2016.

_____. Lei nº 1310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 29 dez. 1951. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1310.htm >. Acesso em: 22 ago. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A globalização e os novos espaços da informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 3, n. 1/2, p. 8-22, 1997. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000004592/5ac300580326ba02582e6a880c098aee> >. Acesso em: 17 dez. 2016.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v.31, n.1, p.27-40, 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975> . Acesso em: 11 de jan. 2017.

JARDIM, J. M.; SILVA, C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.14, n.1, p.2-22, 2009. Disponível em: <

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743/535> >. Acesso em 18 jan. 2017.

KERR PINHEIRO, M. M. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.3, n.1, p.113-126, jan./dez., 2010. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/11998> >. Acesso em 19 de nov. 2016.

MARCIANO, João Luiz Pereira. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação . **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.16, n.2, p.37-50, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/issue/view/46/showToc>. Acesso em: 06 de ago. de 2016.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a a ciência da informação no Brasil. **Ci. da Inf.**, Brasília, v.35, n.1, p.45-56, jan./abr., 2006. Disponível em < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1152> >. Acesso em 22 de ago. 2016.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Políticas públicas de C&T, ICT e de pós-graduação e o surgimento da ciência da informação no Brasil. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, v. 16, n. 1, p.93-130, jun. 2005. Disponível em: < <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/29> >. Acesso em: 22 ago. 2016.

TASSEY, Gregory. Policy issues for R&D investment in a knowledge-based economy. **Journal of Technology Transfer**, Gewerbestrasse, v. 29, n. 2, p.153-185, abr. 2004. Disponível em: < <https://www.nist.gov/sites/default/files/documents/2017/05/09/investment-JTT-2004.pdf> >. Acesso em: 22 ago. 2016.